

Chefe do SNI na reunião da esquerda

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

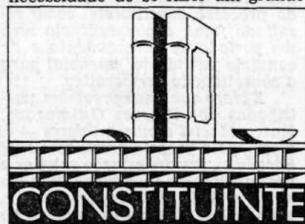
Como nos velhos tempos, as chamadas "forças progressistas" são minoritárias no Parlamento. Como nos velhos tempos, reúnem-se para reagir contra o avanço daqueles que eles chamam de "conservadores" ou "direitistas". O grupo esquerdista do PMDB reúne-se, em Brasília, para enfrentar o centro majoritário e agora organizado na Constituinte. Só que há um dado novo: a uma reunião, realizada anteontem, à noite, na casa do ministro Renato Archer, sócio fundador do "clube do poire", compareceu nada mais nada menos do que o chefe do Serviço Nacional de Informações - SNI -, general Ivan de Souza Mendes.

Como se sabe, o general defende, na intimidade do Palácio do Planalto, a tese de que o presidente da República deve estreitar os laços que o ligam ao multipresidente Ulysses Guimarães, principal titular do "clube do poire", em torno do qual se organiza a esquerda, que controla a cúpula do PMDB, mas perde as votações na Constituinte. Mesmo assim, fiel aos velhos hábitos profissionais, o chefe do SNI ouviu tudo e nada falou. Já houve outras reuniões, para as quais o chefe do SNI não foi convidado, e outras estão sendo programadas, mas não há a informação da presença de militares nelas. Da reunião, na casa do ministro da Ciência e Tecnologia, também participou o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon.

Na noite de terça-feira, a reunião foi na residência oficial do multipresidente de Câmara, Constituinte, PMDB e do "clube do poire", Ulysses Guimarães, com as presenças de líderes, dirigentes e relatores do PMDB nas comissões do Congresso Constituinte. Na pauta, um dos principais temas foi a necessidade de "harmonizar" as linhas internas do partido. Mas tanto na reunião na casa de Ulysses quanto no encontro feito na casa de Archer foram traçadas

as primeiras estratégias do grupo mais fiel ao presidente do PMDB para enfrentar os moderados, que eles chamam de "conservadores" ou de "antilestatizantes". Segundo alguns participantes dessas reuniões, o propósito é sempre o mesmo: evitar o domínio "conservador" na elaboração da nova Constituição.

De acordo com um participante assíduo dessas reuniões, o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, houve consenso, em todas elas, da necessidade de se fazer um grande



esforço para evitar novas divisões nas bancadas do partido hegemônico na Constituinte. Esses encontros, de caráter informal e reservado (talvez daí se explique a presença de um general da chamada "comunidade de informações" neles), estão sendo feitos porque no grupo esquerdista do partido há uma preocupação nítida com o aumento e a crescente importância das dissidências internas. Todos consideram muito grave o fato de que, numa votação feita numa subcomissão, oito constituintes do PMDB votaram contra o relator e contra a orientação das lideranças do partido e de sua cúpula.

Na reunião de anteontem, o chefe do SNI, impassível como deve ser um homem de informações, ouviu o diagnóstico, também praticamente consensual, de que os ânimos foram acirrados pelo recente pronunciamento do presidente José Sarney, por cadeia de rádio e televisão, anunciando que seu mandato deve ter cinco anos. A situação chegou a um tal ponto que o deputado Oswaldo Lima

Filho, relator da Subcomissão da Reforma Agrária, acha que não há mais condições de reunificar o PMDB.

"Hoje o PMDB são dois", ouviu o general Ivan Mendes do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Na mesma reunião, comentou-se que o líder na Constituinte, Mário Covas, já se convenceu de que será quase impossível harmonizar as bancadas do partido. Ainda assim, na presença do governador Pedro Simon, outro líder, o da Câmara, Luiz Henrique, manifestou a esperança de unir a esquerda para enfrentar o grupo moderado, principalmente o "centro democrático" liderado por Expedito Machado, nas comissões temáticas, na Comissão de Sistematização e no plenário. "Temos que lutar para que cada constituinte atue em consonância com os compromissos do partido", discursou com bravura.

A aliança dos parlamentares do centro, reunindo representantes do PMDB, PFL, PDS, PTB, PL e PDC, em questões sócio-econômicas, está sendo considerada um "desafio" ao PMDB histórico, de quem o "clube do poire" se julga o dono. O senador Mário Covas tem sido pressionado para agir com urgência, sempre com a justificativa de evitar o agravamento da cisão interna. Na verdade, a disposição dos "progressistas" pode ser explicada na declaração do ex-líder do PMDB e do governo, deputado Pimenta da Veiga, durante uma das reuniões do grupo: "As forças conservadoras estão muito bem organizadas e não vão fazer concessões".

Reunificar o PMDB é a palavra de ordem e a preocupação constante dos "progressistas", que já começam a tomar consciência de que a missão é impossível. O rolo compressor acionado pelo "centro democrático" nas votações da Constituinte não terá seu caminho interrompido até que a futura Constituição seja moldada de acordo com o pensamento da maioria.



O PMDB quase em peso apóia os cinco anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os coordenadores das bancadas estaduais do PMDB na Constituinte, em reunião convocada ontem por Ulysses Guimarães, apoiaram um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, acatando o apelo de Ulysses quanto à necessidade de entrosamento do partido com o governo, "para a travessia do período de transição". Apenas o deputado Maurílio Ferreira Lima (PE) manifestou-se contrário, denunciando que o PMDB "está ficando parecido com a Arena, que derrotou em plenário a emenda pelas eleições diretas". Compararam 17 dos 25 coordenadores de bancadas, além do líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não foi convidado por Ulysses, numa atitude que foi classificada de "golpe branco" por alguns dos coordenadores de bancadas. Luiz Henrique negou que tenha havido intenção de excluir Covas do debate sobre o mandato de Sarney.

Na mesma reunião, foi aprovado o adiamento da convenção nacional, vencendo a tese de que ela seria prematura agora, desviando as atenções do debate na Constituinte. Mas a questão mais polêmica foi mesmo a ausência de Covas. As notícias de que Ulysses e Luiz Henrique haviam definido como os deputados deveriam comportar-se nas comissões da Constituinte sem a presença do líder do partido provocaram irritações. Os deputados Antonio Pedrosa (SP), Oswaldo Lima (PE) e Hélio Duque (PR), entre outros, criticaram Ulysses, Luiz Henrique e o governador gaúcho Pedro Simon, o único governador peemedebista presente e que propôs o acerto de uma posição comum entre os representantes do partido em cada comissão: o que ficasse acertado pela maioria seria acatado por todos.

Luiz Henrique disse, porém, que não houve decisão mas sim uma proposta (a de Simon), para acalmar acirrada discussão entre os deputados Expedito Machado (CE), do Centro Democrático, e Maurílio Ferreira Lima, da facção de esquerda. O líder do partido na Câmara negou qualquer intenção de "golpe branco". E frisou: "A reunião, marcada há vários dias, seria do presidente e do

Comissão dos Poderes ainda aceita emendas

Todos os constituintes poderão apresentar emendas, informalmente, ao parecer do relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), durante dois dias, prazo em que simultaneamente ele estará elaborando seu relatório final, nos dias 9 e 10 de junho. Essa possibilidade não está prevista no regimento interno da Constituinte, mas foi aprovada ontem pela comissão, com o único voto discordante do deputado Jorge Hage (PMDB-BA).

Além das emendas poderão ser pedidos destaques durante a apreciação e votação do relatório, nos dias 11, 12 e 13. Hage votou contra porque achava indispensável que fosse ampliado também o prazo de elaboração por parte do relator Ferreira Lima. Além disso, o deputado baiano acha que a medida deve ser extensiva às demais comissões, embora considerando que podem surgir manobras de obstrução através de muitos pedidos de destaque, os quais têm de ser votados nominalmente pelo plenário.

Mesmo assim a medida classificada de "liberal" foi adotada, sem alterar os prazos regimentais para apresentação do relatório.

As questões de ordem do deputado Amaral Neto (PDS-RJ) sobre a permanência nos cargos dos relatores que tiveram seus pareceres na subcomissão vetados ou substancialmente alterados pelo plenário, e de José Genofino (PT-SP), reduzindo o número de membros da Comissão de Sistematização não foram apreciadas. Pela segunda vez consecutiva não houve quórum para votação na comissão, estando presentes apenas 25 constituintes à reunião.

Analista acha constituintes despreparados

A tendência dos constituintes que integram a Comissão da Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições é a de manter inalterado o papel das Forças Armadas na vida doméstica do País, acredita o professor Eliezer Rizzo de Oliveira, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicap e um dos teóricos brasileiros sobre a relação entre militarismo e política. Em palestra em Campinas, essa tendência pode ser atribuída ao compromisso do presidente Sarney com os militares em troca de apoio ao seu governo, o que caracteriza tutela política, e também à combinação de interesses do aparelho militar e das forças conservadoras que integram a Assembléia Constituinte.

Para o cientista político, o despreparo dos partidos para o debate da função constitucional das Forças Armadas "é tão grande que setores expressivos da Constituinte concordam em manter inalterada a tradição republicana de atribuir aos militares a defesa da ordem interna". Essa característica, frisa o professor, "faz com que, mesmo os constituintes progressistas, naveguem em águas turbulentas ao propor a implantação do regime parlamentarista isentando os ministros militares da moção de censura parlamentar".

A saída para uma "convivência harmônica entre os militares e a sociedade democrática" seria subordinar as Forças Armadas ao poder constitucional, submetendo à aprovação do Congresso a doutrina militar do Emfa e a doutrina de segurança nacional e extinguindo a Lei de Segurança Nacional, produto "de uma visão empobrecida do conflito Leste-Oeste e de um enfoque anti-comunista tacanho".

Ninguém quer abolição total da censura

Censura classificatória - por idade fora da Polícia Federal, provavelmente subordinada ao Ministério da Educação ou ao Ministério da Cultura e a liberação do aborto são os temas mais polêmicos discutidos até agora pela Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem, da Assembléia Nacional Constituinte. No caso da censura, os oponentes são, de um lado, o relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ), que defende a censura classificatória, mais global, feita pelos proprietários dos meios de comunicação, como forma de influir na programação da emissora, e, de outro, o grupo mais conservador, integrado por deputados evangélicos, parlamentares do PTB e pelos deputados José Machado, do PFL mineiro, e Samir Achoa, do PMDB de São Paulo.

Lysâneas acha que se deve acabar com a visão limitada da censura como a que levou à proibição do filme "Je vous salue, Marie", do cineasta francês Jean Luc Godard, mas não é favorável à sua extinção total. Para ele, em toda censura há uma nivelção por baixo da inteligência, que sofre com isso.

Já o grupo conservador, integrado por pastores protestantes, deseja uma censura mais enérgica, principalmente no tocante à pornografia e ao homossexualismo.

As discussões em torno do aborto têm sido mais amenas, pois há concordância contra a legalização, assegura Lysâneas. "O que queremos, na verdade, disse, é a discriminação do aborto, que no Brasil é crime apenas para as classes pobres."

Távola prevê controle sobre canais de TV

Deve prevalecer na futura Constituição um mecanismo de controle, pelo Congresso Nacional, dos critérios de concessão de canais de rádio e televisão por parte do governo. A informação é do deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), relator da Comissão Temática da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciências, Tecnologia e Comunicação. Segundo o relator, existem dois caminhos para estabelecer essa fiscalização parlamentar: através de um Conselho Nacional de Comunicação ou através de exame, pelo Congresso, de cada proposta de concessão encaminhada pelo governo.

Pela atual Constituição, as concessões são decididas pelo presidente da República, ouvido apenas o Ministério da Comunicações. Isso dificilmente permanecerá na nova Carta, observa Távola, "porque é competência da Constituinte rediscutir a competência do Executivo nessa matéria". Avanço semelhante não deverá ocorrer, acredita ele, na criação do Conselho Editorial dentro dos jornais, como canal de comunicação entre jornalistas e donos de empresas, sugestão dele que foi rejeitada pela relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). "Considero difícil colocar na Constituição uma regra tão imperativa como esse Conselho Editorial, que já existe de modo informal em alguns veículos de comunicação", disse ela.

Outro assunto igualmente polêmico, considera Arthur da Távola, é o da censura. Há muitas contradições dentro da comissão constitucional temática. Existem aquelas que são contra a censura política, mas que a exigem no campo moral (os religiosos); há os que temem qualquer tipo de censura, porque são contra a censura política (os esquerdistas); e há outros, como os que representam a direita e o poder econômico, que temem a censura pelos efeitos danosos à propaganda de produtos que pretendem comercializar, mas que são favoráveis à censura política.

A tendência da comissão da qual é relator, frisa o deputado peemedebista fluminense, deve ser a de transferir a questão da censura para o Ministério da Cultura, tornando-a apenas classificatória, até mesmo nos meios de comunicação, onde ela se exerceria através dos horários dos programas. A comissão não conseguiu quórum ontem para votar um roteiro de convidados a serem ouvidos no decorrer da próxima semana. Esse roteiro, elaborado por Arthur da Távola, deverá ser analisado segunda-feira, embora esteja prevista uma reunião hoje.

Almeida, lembrou que estas assinaturas devem ser encaminhadas até o dia 15 de julho.

Além da questão de reforma agrária, que segundo dom Luciano não foi concluída pela subcomissão "de acordo com a expectativa da Igreja e dos trabalhadores rurais, que esperavam justiça social dentro do campo", também o relatório da Subcomissão de Educação, Esporte, Cultura e Lazer deixou a desejar. Ele afirmou que o anteprojeto privilegiou as instituições de ensino estatais, excluindo, até o momento, os subsídios públicos para as entidades não estatais e de fins não-lucrativos.

O secretário-geral da CNBB fez questão de ressaltar que ninguém, em sua consciência, espera que uma Constituinte, num momento de transição, fosse dar um salto para uma sociedade ideal. "Não é isso que cobramos, mas sim passos significativos em favor de caminhos que representem ganhos e reformas em prol da massa popular."



Alencar Monteiro

Serra e Gasparian não se entendem na comissão

Serra e Gasparian discutem no plenário

O relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, deputado José Serra (PMDB-SP), questionado em plenário, ontem, pelo relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, Fernando Gasparian (PMDB-SP), negou-se a confirmar que pretendia derrubar o anteprojeto de Gasparian, como notícia do Estado, terça-feira passada.

Serra não concorda com uma série de pontos do relatório de Gasparian, aprovado parcialmente na Subcomissão do Sistema Financeiro, mas evita confronto com seu colega de partido. A outros membros da comissão temática da qual é relator, Serra procura, no entanto, convencer de que há posições extremamente equivocadas no anteprojeto de Gasparian.

A proibição de que bancos estrangeiros recolham depósitos no Brasil, por exemplo, é classificada por Serra como uma temeridade, já que provocaria o fechamento das agências brasileiras no Exterior, diante da reciprocidade de tratamento exigida pelos outros países.

A abolição pura e simples das cartas patentes, também segundo o relatório de Serra exposto a outros constituintes, poderia trazer graves consequências ao sistema bancário, além de elevados riscos para os depositantes e mesmo para as novas instituições financeiras, que se formariam sem estrutura e gerenciamento suficientes.

A proposta de Gasparian, ainda segundo o ex-secretário paulista, com quem concordam vários constituintes, ainda prevê uma reserva de mercado de trabalho para os funcionários do Banco do Brasil, ao proibir que a presidência do Banco Central venha a ser ocupada por qualquer pessoa que tenha sido empregada por instituições financeiras nos quatro anos anteriores à indicação do seu nome pelo presidente da República ao Congresso Nacional. A possibilidade de que o Congresso demita o

presidente do Banco Central, segundo o mesmo raciocínio, poderia levar sua direção a um comprometimento político e à instabilidade.

As novas funções que o Banco do Brasil passaria a ter, se aprovada a proposta de Gasparian, ainda fariam com que este banco tivesse superpoderes e voltasse a ter, na prática, a "conta de movimento", além de poder imiscuir-se demasiado na administração interna das demais instituições financeiras privadas, o que poderia desequilibrar o mercado em favor da instituição estatal, que controlaria toda a política nacional de subsídios e incentivos.

Retirar do BC a capacidade de comprar títulos públicos no mercado secundário, ainda segundo o pensamento de Serra, é uma proposta absurda de Gasparian. Mesma classificação merece pelo grupo a extinção do Conselho Monetário Nacional, que seria substituído por comissão especial do Congresso, com poderes de sustar qualquer medida governamental, ad referendum do Congresso. Este passaria a ter, então, não só as funções legislativa e fiscalizadora, mas também passaria a operar o sistema financeiro, a política monetária e cambial.

POLÊMICA

O relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, Fernando Gasparian (PMDB-SP), pediu ontem tempo na televisão para responder ao líder do PDS na Câmara dos Deputados, Amaral Neto, que exige a destituição de Gasparian alegando que seu relatório foi derrubado na reunião da Subcomissão. Amaral Neto incluiu seu nome entre os quatro relatores do PMDB cuja substituição é exigida pelo PDS, em entrevista que foi ao ar na edição do meio-dia de ontem do "Diário da Constituinte". O relator da Subcomissão do Sistema Financeiro quer tempo igual no informativo da Constituinte.

CNBB condena 'primitivismo agrário'

"A posição dos constituintes da Subcomissão de Reforma Agrária, ao aprovar o relatório, não pode nem ser chamada de conservadora. Ela é retrógrada. Seria conservadora se fosse uma posição capitalista dentro de uma proposta socialista. O que foi aprovado é primitivismo agrário." Estas afirmações foram feitas ontem pelo secretário-geral da CNBB, dom Celso Queiroz, após o encerramento da primeira reunião da nova diretoria da Comissão Episcopal Pastoral (CEP) e da presidência da entidade.

Ressaltando que a Constituinte não vai mudar o País se, antes, o País não mudar a cabeça dos constituintes, dom Celso disse que a sociedade deve mobilizar-se através das associações e demais segmentos para pressionar o Congresso Constituinte, "sem precisar sequestrar ninguém, sem gente armada, mas usando caminhos democráticos e cobrar as promessas feitas". Para dom Celso, ao mesmo tempo que

houve decepção da Igreja em relação às propostas aprovadas nesta primeira fase da Constituinte, houve também um alerta muito grande. "Se não houver participação do povo, vamos continuar com o mesmo país, mudando apenas da gravata e da espada dos militares para a monarquia republicana", acentuou.

DESCONTENTAMENTO

A CNBB, que está apoiando três emendas e subscrevendo quatro outras, relacionadas aos temas da reforma agrária, índios, participação popular, promoção e defesa da vida, família, educação e o aspecto econômico de priorizar o trabalho sobre o capital, aprovou na reunião com a CEP a proposta de coletar assinaturas nas comunidades eclesiais de base e encaminhá-las a Brasília, aos representantes eleitos de cada município, no sentido de comprometê-los com as promessas feitas a garantir a aprovação de algumas das suas sugestões. O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de